



# Planejamento Fiscal: Perspectivas e Desafios

**Pedro Jucá Maciel**

*Subsecretário de Planejamento Estratégico da Política Fiscal  
Tesouro Nacional*

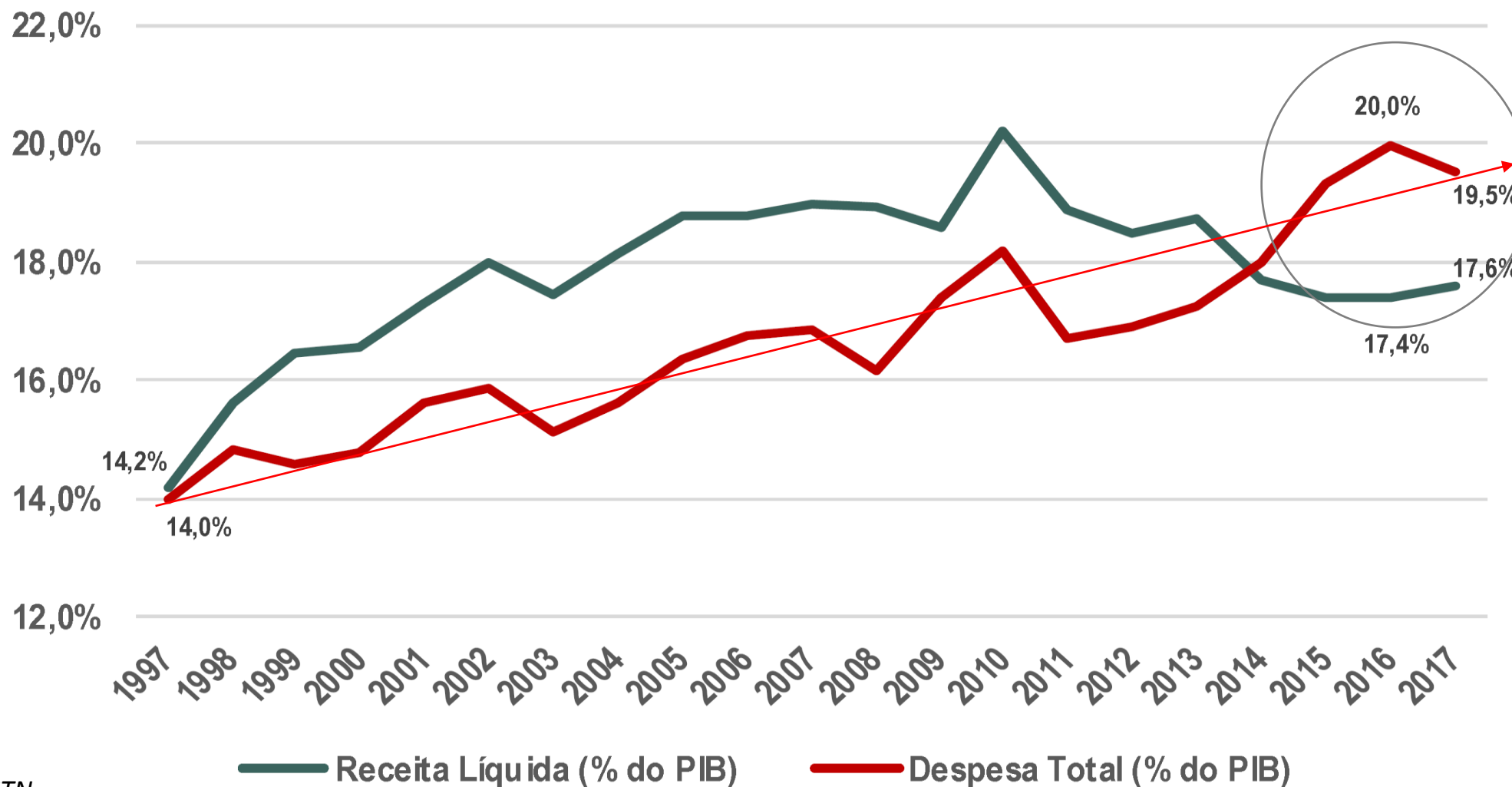
1º Semestre 2018

# Sumário:

- 1 **Diagnóstico do Problema Fiscal**
- 2 **Estratégias para Consolidação Fiscal**
- 3 **Experiências Internacionais**
- 4 **Institucionalidade Fiscal**
- 5 **Perspectivas e Conclusões**

# 1 Ausência de reformas estruturais levou ao crescimento insustentável das despesas públicas

Receitas e Despesas Primárias do Governo Central (em % PIB)

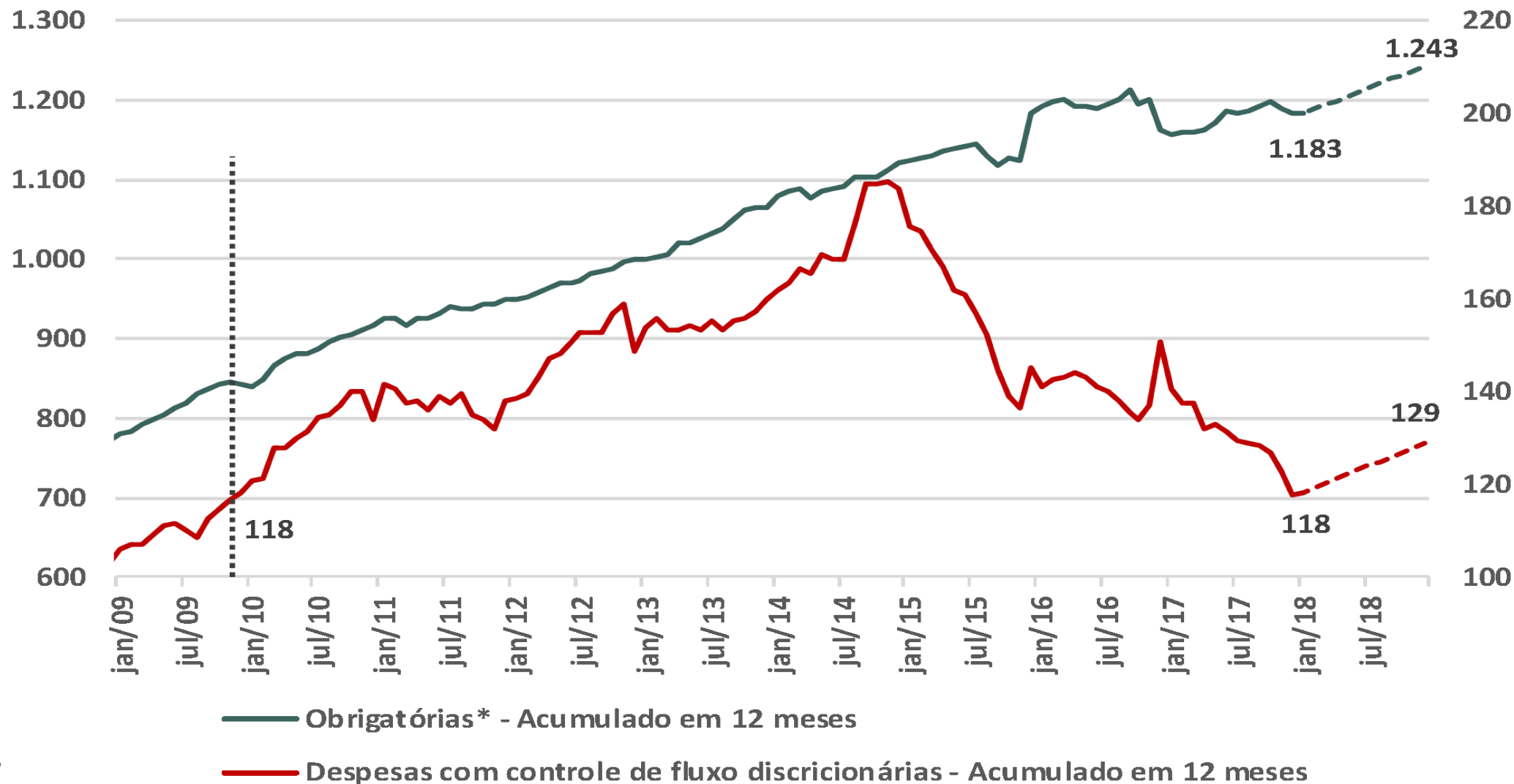


Os problemas fiscais brasileiros não são apenas conjunturais, mas estruturais

1

## Ausência de reformas estruturais irá levar a um nível insustentável das despesas discricionárias

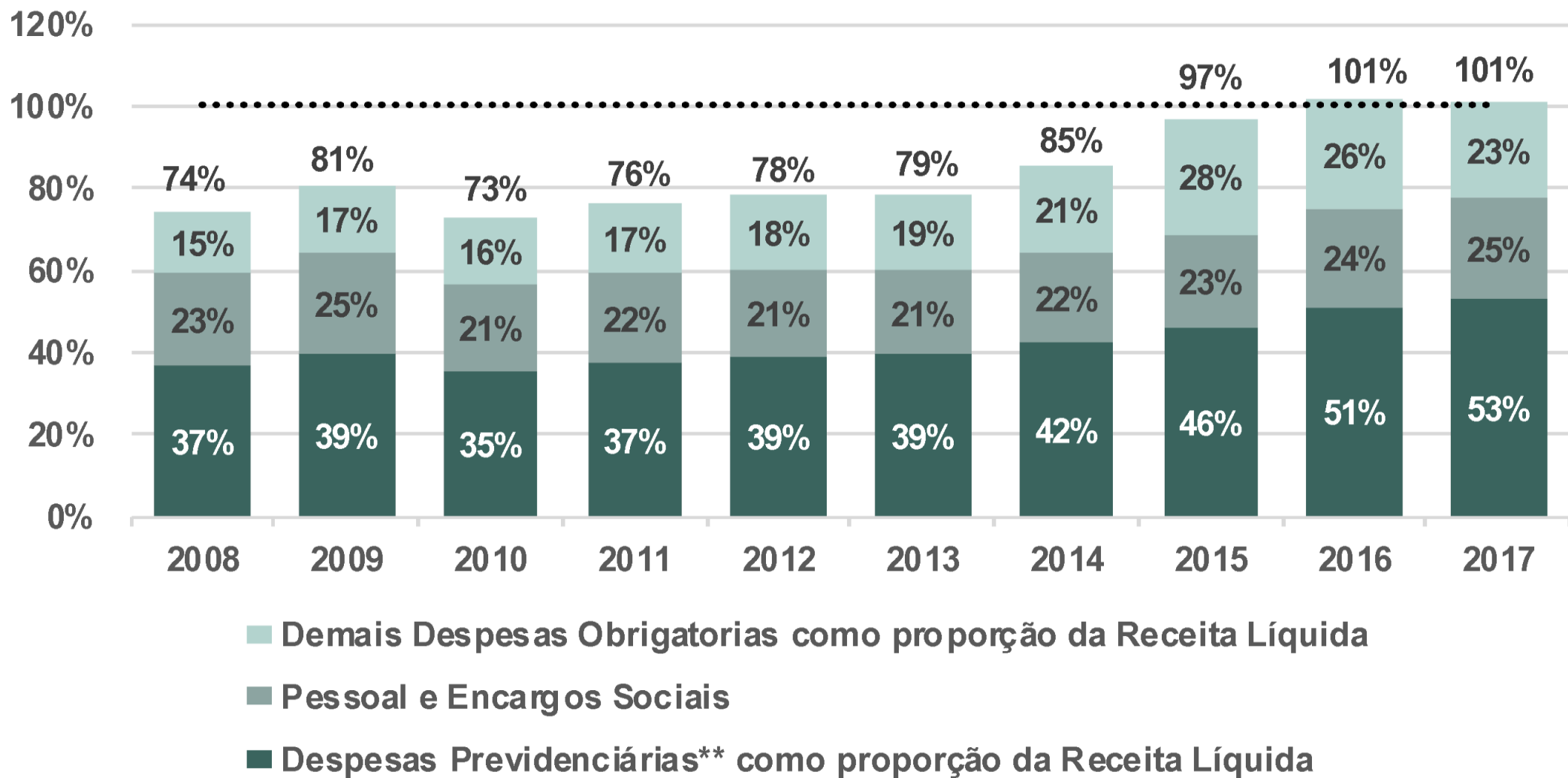
Despesas do Governo Central Acum. 12 meses (em R\$ bilhões de janeiro/2018)



1

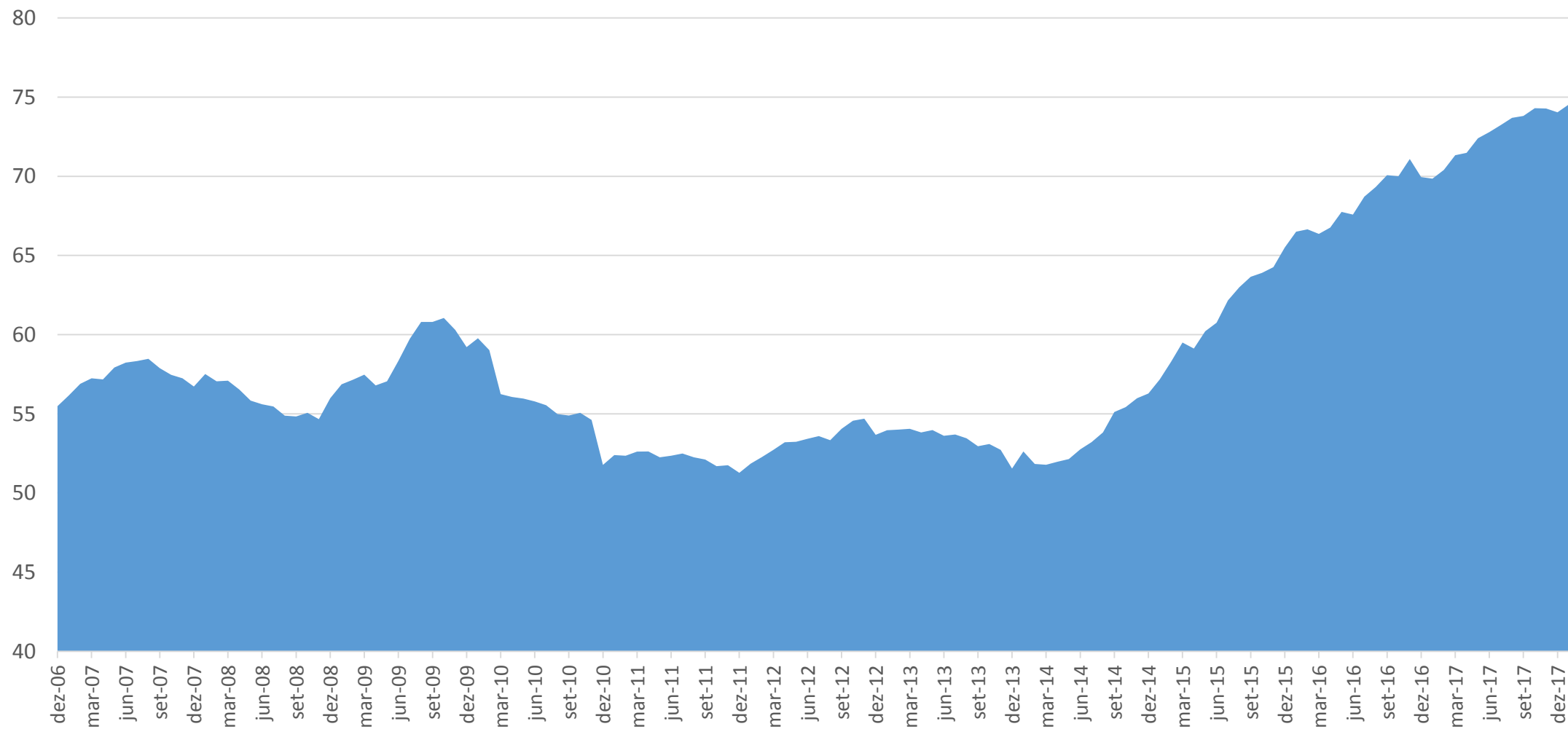
## O tamanho do ajuste fiscal necessário requer um plano de médio prazo, dado o comprometimento de despesas obrigatórias

Despesas do Governo Central Obrigatórias (em % Receitas Líquidas)

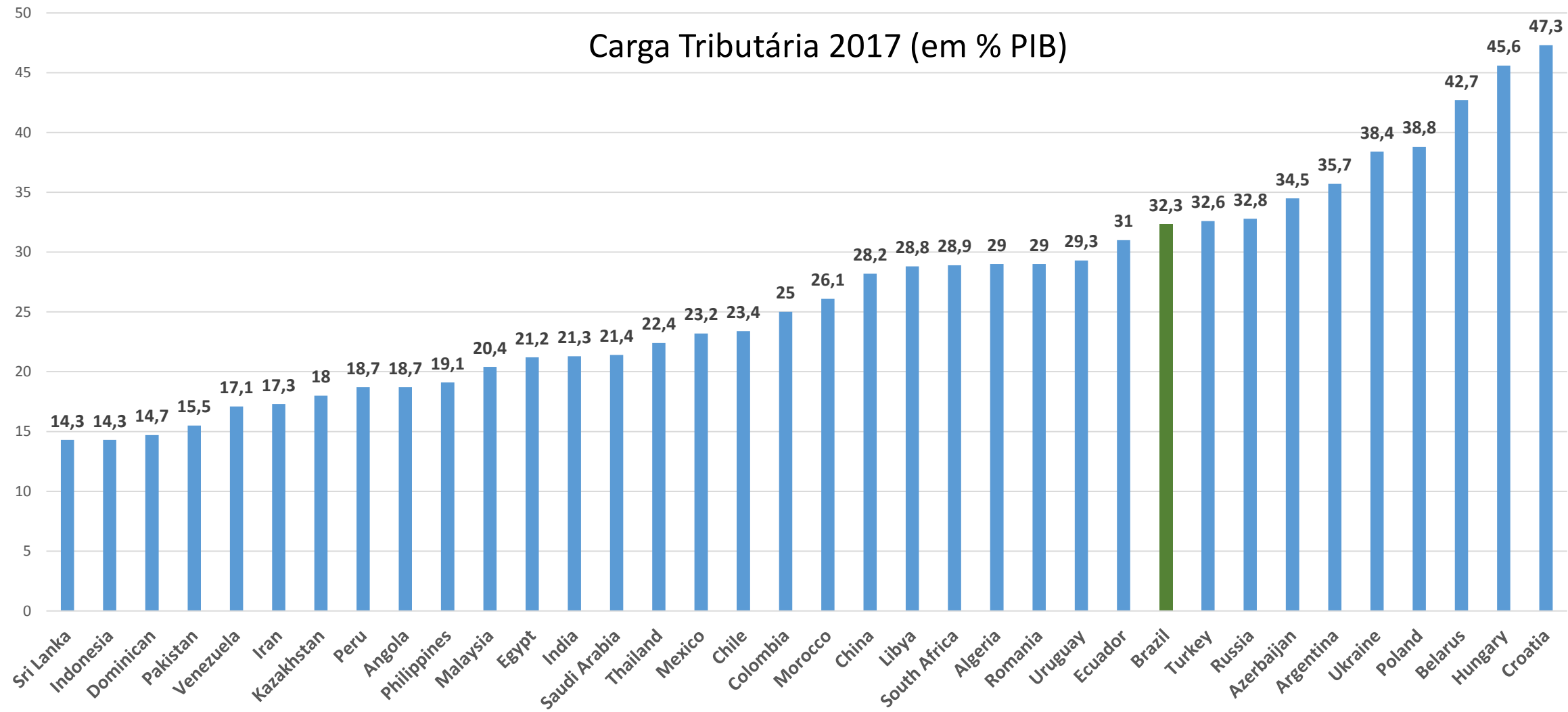


# 1 A deterioração fiscal levou a um rápido crescimento da dívida pública

Dívida Bruta do Governo Geral (em % PIB)

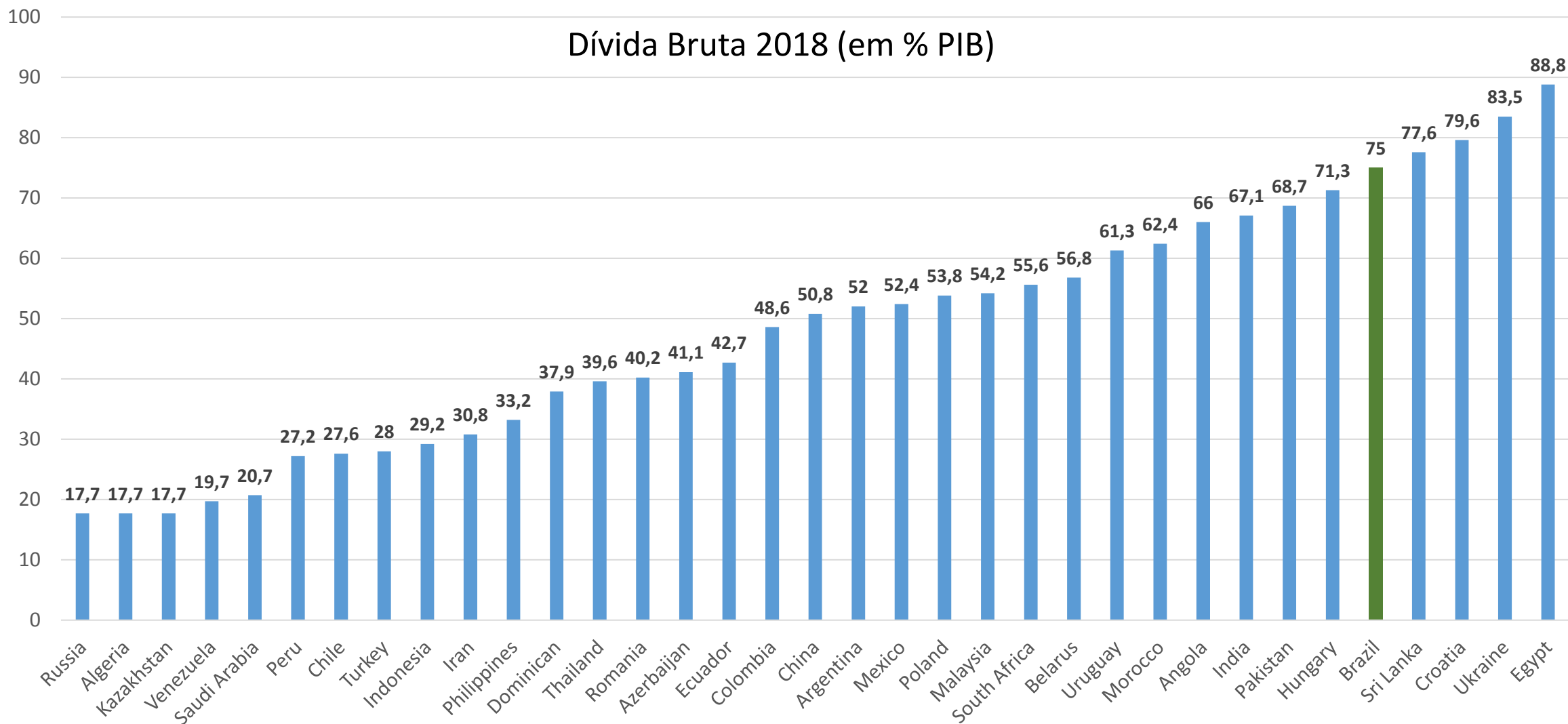


# 1 Não há muito espaço para o ajuste fiscal ser dado pelo aumento das receitas



Fonte: FMI

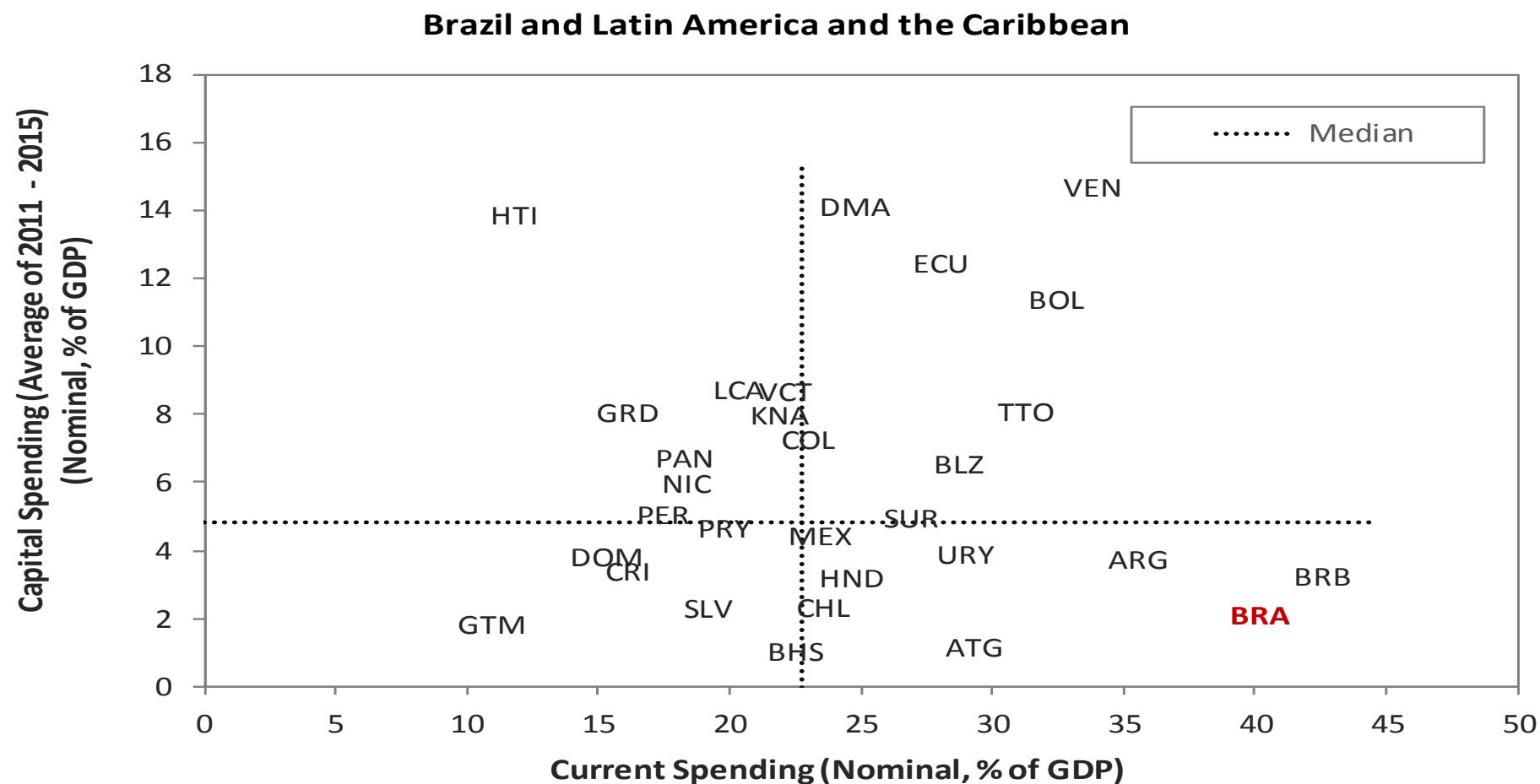
# 1 Assim como, não há muito espaço para expandir o endividamento





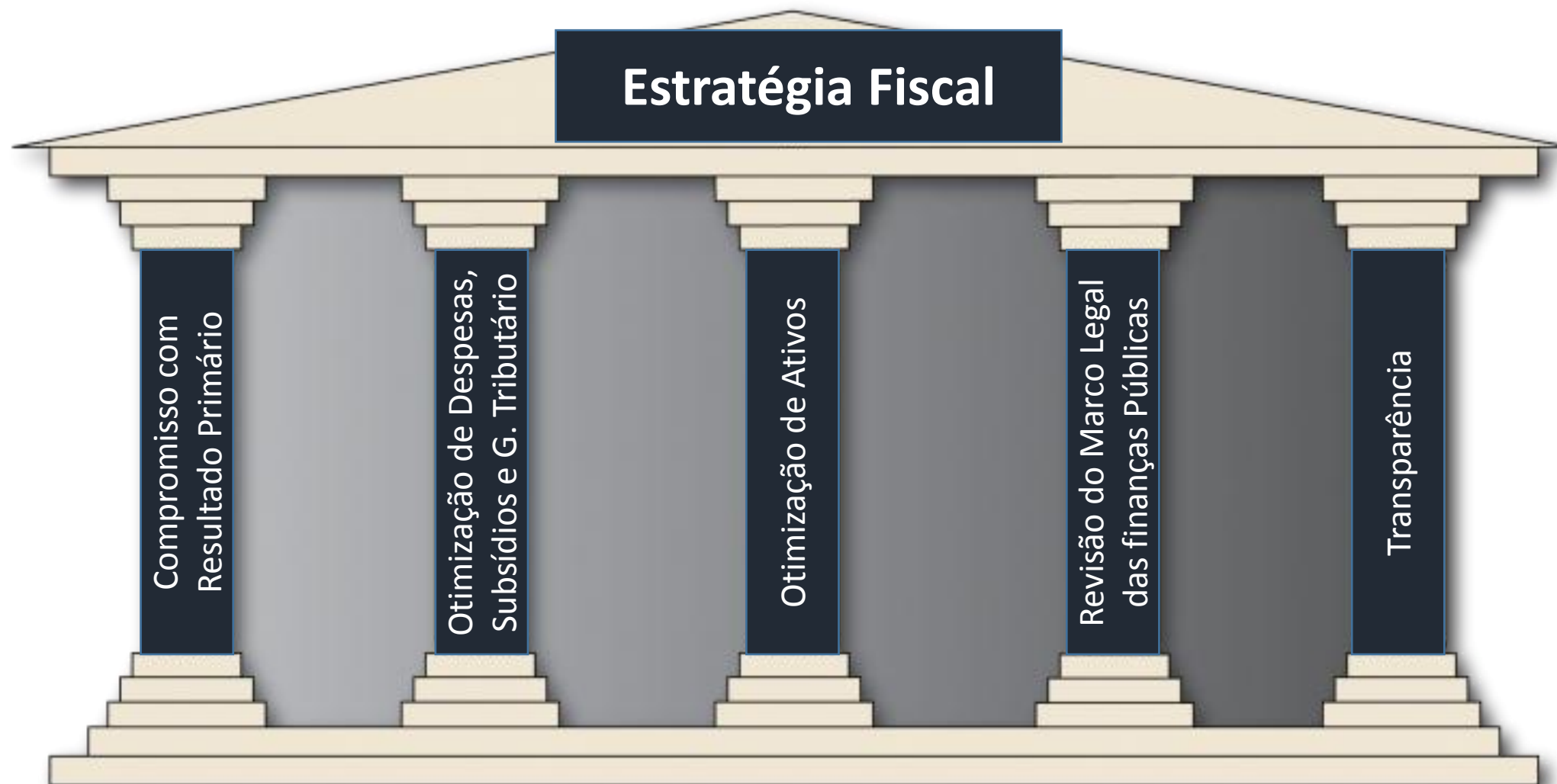
# 1 Apesar do aumento das despesas e endividamento, não houve aumento nas despesas de capital com investimentos

Despesas Correntes vs. Despesas de Capital do Setor Público (em % PIB)



## 2 Estratégia para a Consolidação Fiscal

Atuação da Secretaria do Tesouro Nacional em sua Estratégia Fiscal (Consolidação Fiscal):



## 2 Estratégia para a Consolidação Fiscal

### 1) Compromisso com o resultado primário

- Garantir a solvência das contas públicas e que a política econômica tenha efetividade
- Processo de consolidação deve se concentrar nas despesas públicas

### 2) Otimização das Despesas, Gasto Tributário e Subsídios

- Reformas estruturais são essenciais (ex. previdência)
- Revisão de programas e avaliação das políticas públicas

### 3) Otimização da Carteira de Ativos

- Tirar maior retorno do patrimônio público
- Revisar participações governamentais
- Expandir concessões

### 4) Revisão do marco regulatório das finanças públicas

- Teto da Despesa, LRF, Nova CAPAG/PAF, Nova Lei das Finanças Públicas, Relacionamento TN-BC, Conselho de Gestão Fiscal e Junta de Execução Orçamentária

### 5) Transparência da Gestão Fiscal

## 2 Estratégia para a Consolidação Fiscal

### Perspectiva macro: planejamento fiscal



- ✓ É preciso certificar como estará a restrição fiscal intertemporal (“tamanho da lavoura”) para a definição clara de quais políticas públicas poderão ser financiadas (prioridades).
- ✓ É recomendável avaliar o limite de endividamento para não comprometermos o espaço fiscal futuro.
- ✓ Como a economia é cíclica, é importante ter regras que mitiguem flutuações (interrupções) no financiamento das políticas públicas.
- ✓ Ter flexibilidade para fazer ajustes quando necessários.
- ✓ Disciplinar a institucionalidade fiscal (regras do jogo).

### Perspectiva micro: *revisão de programas e gestão*



- ✓ Avaliar o desenho de funcionamento dos programas (“planta”). Há exemplos de erros básicos já na etapa de concepção.
- ✓ Antes da criação de qualquer programa, é preciso elaborar critérios de avaliação, bem como a disponibilização de dados para este fim.
- ✓ Montar rotinas de avaliação dos programas, objetivando avaliar eficiência, eficácia e efetividade. Propor reformas micro.
- ✓ Agenda de gestão pública mais eficiente

### 3 Experiências Internacionais de Gestão Fiscal

#### Referências:



### 3 Experiências Internacionais: Princípios de Governança na Gestão Fiscal

#### 10 Bons Princípios de Governança Fiscal (OCDE)

- 1) Administrar os orçamentos dentro de limites fiscais claros, críveis e previsíveis
- 2) Alinhamento do orçamento com as prioridades do governo de médio prazo
- 3) Definir um arcabouço de tratamento dos investimentos de forma a resolver demandas sociais de forma coerente e custo-efetiva
- 4) Garantir que os documentos orçamentários sejam abertos, acessíveis e transparentes
- 5) Promover debate inclusivo, participativo e realista sobre as escolhas orçamentárias
- 6) Apresentar uma contabilidade confiável, precisa e universal sobre as finanças públicas
- 7) Planejar, administrar e monitorar a execução orçamentária
- 8) Garantir que as avaliações de performance e qualidade do gasto estejam integradas com processo orçamentário
- 9) Identificar, analisar e administrar prudentemente a sustentabilidade fiscal de longo prazo e riscos fiscais
- 10) Garantir integridade e qualidade nas previsões orçamentárias, planejamento fiscal e execução orçamentária por meio de rigoroso processo, incluindo auditoria independente.

### 3 Experiências Internacionais de Gestão Fiscal

Principais tendências observadas:

1 Aprimoramento da produtividade do setor público

2 Regras Fiscais

3 Spending Review e Avaliação de Programas

4 Medium-Term Expenditure Framework

5 Performance Budgeting



### 3 Experiências Internacionais: Aumento da Produtividade do Setor Público

Óticas de Mensuração da Produtividade:

Entradas



Saídas

$$\text{Produtividade} = \frac{\text{Volume de Saídas (produção)}}{\text{Volume de Entradas (recursos)}}$$

**Macro level**

Mensurada para toda a economia

**Meso**

Análise Setorial: Saúde, Educação (comparação entre unidades)

**Micro**

Análise individual: escola A, hospital B (comparação no tempo)



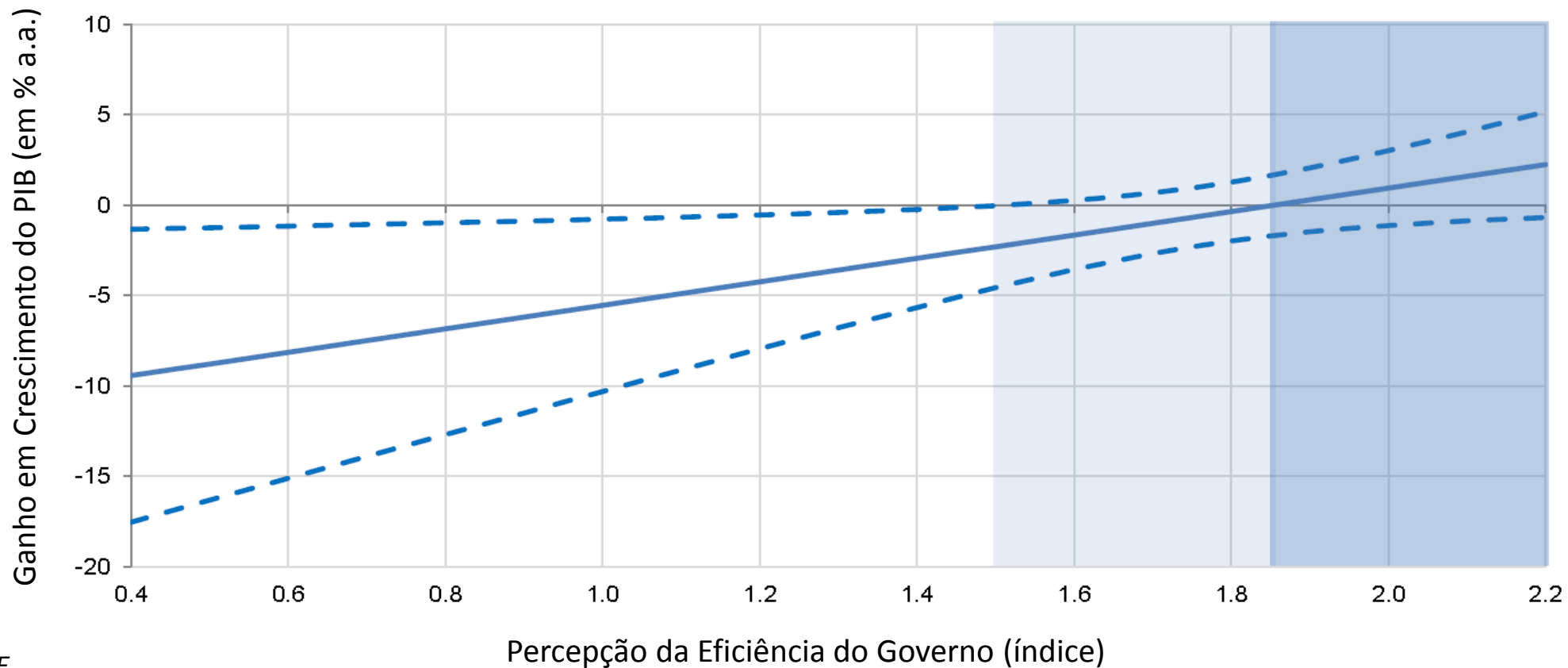
## 3 Experiências Internacionais: Aumento da Produtividade do Setor Público

### Visão ampliada sobre as fontes de aumento da produtividade

- 1) Ter as instituições fiscais (arcabouço) funcionando apropriadamente
- 2) Revisão das regulamentações dentro do governo ("*regulation inside government (RIG)*")
  - Simplificação administrativa
  - Avaliações de "guilhotina" para eliminar regulações desnecessárias
  - Avaliação da calibragem para novas regulações sobre seus impactos em termos econômicos e sociais
  - Vários países europeus adotam meta de reduzir 25% os custos administrativos (economia de 1% a 1,7% PIB)
- 3) Gerenciamento de recursos humanos no setor público
  - OCDE: 21% dos empregos formais e 45% dos custos de produção do governo
  - Identificar, padronizar e mensurar as ferramentas no setor público
  - Novos *benchmarks* internacionais para engajamento dos empregados públicos
- 4) Revisão dos Processos de Licitações (OCDE 29% das despesas se dão por licitações)
  - Avaliar os ganhos de eficiência de sistema central de compras
- 5) Governos Digitais
  - Ganhos operacionais, setoriais (ex. histórico de pacientes) e serviços compartilhados de plataformas/dados
- 6) Inovação no Serviço Público
  - Ganhos de eficiência pela inovação e "*disruptive approaches*". Repensar e desenhar ao invés de melhorar.

### 3 Experiências Internacionais: Aumento da Produtividade do Setor Público

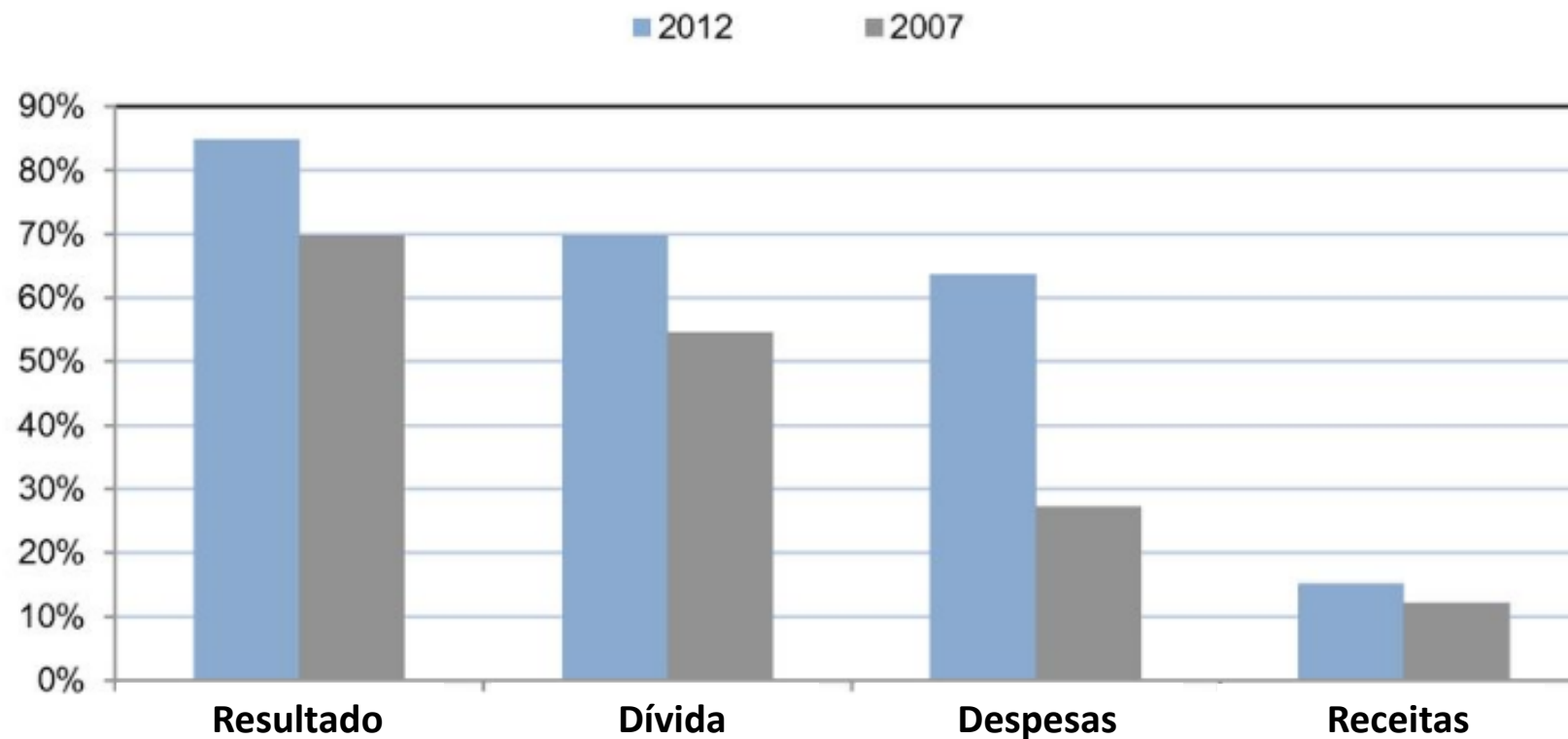
- ✓ Importância da qualidade do gasto público para tornar o multiplicador fiscal positivo
- ✓ Tão importante como promover consolidação fiscal é estimular o crescimento, porém é preciso ter um governo eficiente para obter ganhos efetivos.



### 3 Experiências Internacionais: Regras Fiscais

- ✓ É crescente o número de regras fiscais vinculadas às despesas, como o “Teto do Gasto” brasileiro

Percentual de Países que Adotam Regras Fiscais (por tipo de regra)



### 3 Experiências Internacionais: Revisão de Despesas e Avaliação de Programas

- ✓ **Principal missão: chamar atenção para dilemas alocativos e a necessidade de priorização**
- ✓ **Torna-se um importante instrumento contra a inercia alocativa**
- ✓ **É utilizada por 16 países da OCDE**

#### **Brasil: Onde estamos?**

**Esforços significativos são realizados pelos Ministérios**

**Apesar disso, estudo realizado pelo TCU, resume nossa trajetória:**

- ✓ baixa institucionalização dos sistemas de avaliação na administração federal direta;
- ✓ baixa capacidade de produzir informações sobre o desempenho e os resultados dos programas;
- ✓ evidências de pouca relevância para a revisão e garantia de efetividade dos programas;
- ✓ monitoramento e avaliação realizadas nos Ministérios Setoriais, mas sem foco, sem acompanhamento de resultados e sem uma estruturação coordenada e planos de ação bem delimitados.

#### **Brasil: Onde queremos chegar?**

- ✓ M&A articulados e coordenados no Executivo federal, incentivando os demais entes;
- ✓ Diretrizes definidas para avaliações ex ante e ex post;
- ✓ Rito bem definido para novas políticas que acarretem aumento de despesas;
- ✓ Planos de trabalho bem definidos para o aprimoramento das políticas públicas;
- ✓ Organização e compartilhamento de informações;
- ✓ Integração do monitoramento e da avaliação com o ciclo orçamentário.

**Aproximação com as experiências internacionais, já instituídas, em geral, desde a década de 90. Exemplos: UK, Canadá, Chile, México e Colômbia.**

# 3 Experiências Internacionais: Revisão de Despesas e Avaliação de Programas



HM TREASURY

## THE GREEN BOOK

Appraisal and Evaluation in Central Government

Note explaining changes made to the Green Book in July 2011.  
This is the 2003 edition of the Green Book. However, pages 57,58, which deal with the valuation of non-market goods, have been updated alongside the release of a Green Book discussion paper on this subject - Fujiwara and Campbell (2011), Valuation Techniques for Social Cost-Benefit Analysis: Stated Preference, Revealed Preference and Subjective Well-Being Approaches.  
The changed text on pages 57,58 has been highlighted in red within this updated document. Because of the changes there is some duplication of paragraph numbers and there is some change to the sequence of footnotes in this section.

Treasury Guidance

LONDON: TSO

## CONTENTS

Contents	Page		Page
<b>Preface</b>	<b>iv</b>	<b>Annex 1 Government intervention</b>	<b>51</b>
<b>Chapter 1 Introduction and background</b>	<b>1</b>	Introduction	51
Introduction	1	Economic efficiency	51
When to use the Green Book	2	Equity	52
<b>Chapter 2 Overview of appraisal and evaluation</b>	<b>3</b>	Regeneration	54
Introduction	3	<b>Annex 2 Valuing non-market impacts</b>	<b>57</b>
The appraisal and evaluation cycle	3	Introduction	57
The role of appraisal	3	Valuing non-market impacts	57
Process for appraisal and evaluation	4	Current research/possible estimates	59
Presenting the results	4	Valuing environmental impacts	63
Managing appraisals and evaluations	6	<b>Annex 3 Land and buildings</b>	<b>69</b>
Frameworks	8	Introduction	69
Issues relevant to appraisal and evaluation	9	Acquisition and use of property	69
<b>Chapter 3 Justifying action</b>	<b>11</b>	Leases and rents	71
Introduction	11	Disposal of property	72
Reasons for government intervention	11	Cost effective land use	72
Carrying out research	11	<b>Annex 4 Risk and uncertainty</b>	<b>79</b>
<b>Chapter 4 Setting objectives</b>	<b>13</b>	Introduction	79
Introduction	13	Risk management	79
Objectives, outcomes, outputs and targets	13	Transferring risk	82
<b>Chapter 5 Appraising the options</b>	<b>17</b>	Optimism bias	85
Introduction	17	Monte Carlo analysis	87
Creating options	17	Irreversible risk	88
Valuing the costs and benefits of options	19	The cost of variability in outcomes	88
Adjustments to values of costs and benefits	24	<b>Annex 5 Distributional impacts</b>	<b>91</b>
Discounting	24	Introduction	91
Adjusting for differences in tax between options	26	Distributional analysis	91
Introduction to risk and uncertainty	28	Analysis of impacts according to relative prosperity	91
Adjusting for bias and risks	28	Analysis of other distributional impacts	94
Assessing uncertainty	29	<b>Annex 6 Discount rate</b>	<b>97</b>
Preventing and mitigating risks and uncertainty	34	Introduction	97
Considering unvalued costs and benefits	34	Social Time Preference Rate	97
<b>Chapter 6 Developing and implementing the solution</b>	<b>37</b>	Long term discount rates	98
Introduction	37	Exceptions to the discount rate schedule	99
Selecting the best option	37	Discount rate tables	100
Developing the solution	40	<b>Glossary</b>	<b>101</b>
Implementation	40	<b>Bibliography</b>	<b>107</b>
<b>Chapter 7 Evaluation</b>	<b>45</b>	<b>Index</b>	<b>109</b>
Introduction	45		
Evaluation process	45		

iv THE GREEN BOOK



HM TREASURY

## The Magenta Book Guidance for evaluation

April 2011

Directión de Presupuestos  
DIPRES  
Gobierno de Chile

PRESUPUESTO 2015 (EJECUTADO) | PRESUPUESTO 2016 (EJECUTADO) | PRESUPUESTO 2017 (EN EJECUCIÓN)

Acceso restringido

Usted está en: Inicio >> Sistema de Evaluación y Control de Gestión >> EX - Evaluación de Programas e Instituciones

**EX - Evaluación de Programas e Instituciones**

Proceso de Evaluación Ex Ante de Programas

Proceso Evaluación Ex Ante de Diseño de Programas No Sociales:

La Dirección de Presupuestos a través de esta Plataforma desarrolla el proceso de Evaluación Ex Ante de Programas No Sociales sean éstos nuevos o con reformaciones significativas. Adicionalmente, existe la opción de editar información de los programas vigentes que no se reformulan, de modo de actualizar la oferta programática de los servicios.

Este proceso, permitirá a los formuladores de programas acceder a asesoría técnica por parte de DIPRES, y obtener una calificación ex ante del diseño propuesto.

Para la atención, se ha habilitado la Ventanilla Abierta a la cual puede acceder con las claves pertinentes a través del siguiente link:  
<http://www.dipres.cl/acceso/acceso.asp>

Los detalles referidos a las fechas y formas de operar este Sistema, se encuentran contenidos en las instrucciones y oficios identificados en la documentación adjunta.

Cabe informar que el "Proceso de Evaluación Ex Ante de Programas No Sociales", está dirigido exclusivamente a aquellos instituciones no incluidas en la categoría de Gasto Social según la Clasificación Funcional del Gasto elaborado por DIPRES (ver Estado del Oficio Circular N° 8 del 03 de mayo del 2016 de DIPRES, adjunto). Por su parte, aquellos programas incluidos en la categoría de Gasto Social, deberán ser presentados a evaluación ex ante de acuerdo a las instrucciones emanadas desde el Ministerio de Desarrollo Social.

Documentación:

- Oficio Circular Ministerio de Hacienda N° 08, del 28 de abril de 2016
- Oficio Circular de DIPRES N° 08, del 03 de mayo de 2016
- Instructivo Proceso de Evaluación Ex Ante (actualizado al 04/05/2016)
- Listado Verificador (Check list)

Consultas Generales: Tel: (56-2) 2029-2725 o al correo [rogem@dipres.cl](mailto:rogem@dipres.cl)



Gobierno de Chile  
Ministerio de Hacienda  
Dirección de Presupuestos

## Evaluación Ex-Post: Conceptos y Metodologías.

División de Control de Gestión  
Santiago, Junio 2015  
CHILE

### 3 Experiências Internacionais: Estratégia Fiscal de Médio Prazo

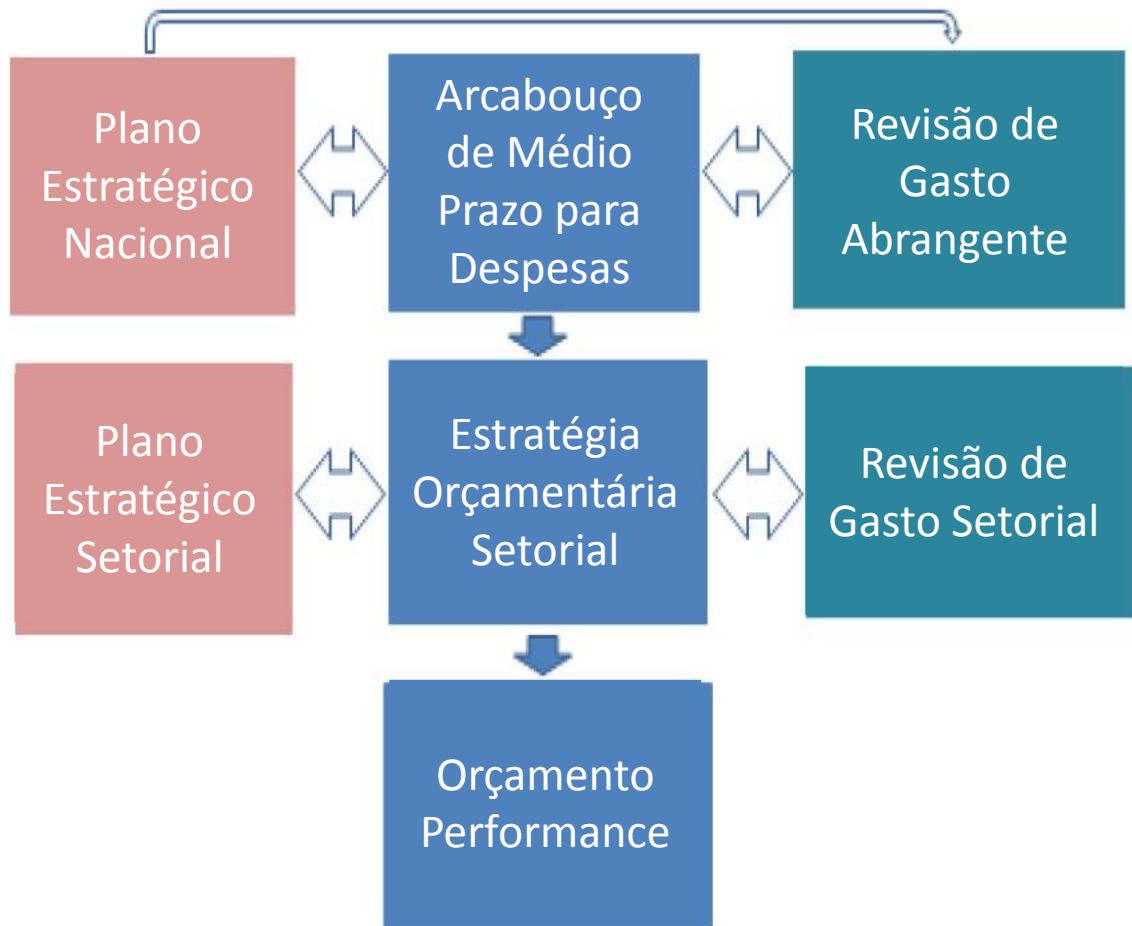
- ✓ **Principal missão: ser referência sobre a política alocativa compatibilizada com a restrição fiscal**
- ✓ **É efetiva quando impõe, de fato, uma restrição à execução orçamentária**
- ✓ **Maior parte dos países utilizam o arcabouço fiscal de médio prazo com horizonte de 4 anos**

#### **Fatores que fazem a Estratégia Fiscal de Médio Prazo Funcionar:**

- 1) Estimativas conservadores sobre receitas e despesas (é melhor ter surpresas positivas)
- 2) Criar incentivos para ministérios (secretarias) economizarem orçamento
- 3) Contemplar toda a administração pública
- 4) Mantenha simples para facilitar a comunicação e o apoio de todos os agentes envolvidos
- 5) Deve servir como restrição fiscal para o desenho de políticas setoriais
- 6) Os desvios em relação ao planejado devem ser transparentemente avaliados e divulgados cada ano.

### 3 Experiências Internacionais: Orçamento de Performance

#### ✓ Alinhamento estratégico do processo orçamentário



Desempenho orçamentário alinhado às estratégias de desempenho nacionais/setoriais

Estruturas de Despesas de Médio Prazo fornecem parâmetros para o planejamento orçamentário

Revisões de gastos periódicas melhoram o alinhamento dos recursos com as prioridades de política econômica

O centro do governo deve assegurar a adesão aos objetivos políticos prioritários e a coordenação entre as agencias governamentais

## 4 Institucionalidade Fiscal: Reforço ao Marco Legal Existente

### 1) Novo Regime Fiscal (“Regra do Teto”) e Regra de Ouro

- Garantir a sustentabilidade fiscal sem pressionar a carga tributária ou aumento do endividamento
- Convergência das regras para possibilitar processo de consolidação fiscal (ajuste gradual)

### 2) Nova Lei das Finanças Públicas

- Atualizar a lei 4320/1964 (ciclo de gestão) com as melhores práticas internacionais
- Instituir o Banco de Projetos para os investimentos
- Planejamento de Médio Prazo pela LDO
- Normatizar a contabilidade e o sistema de custos do setor público
- Disciplinar os critérios da avaliação dos programas de governo
- Limitar capacidade de inflar o orçamento pela superestimava das receitas

### 3) Fortalecimento da LRF

- Despesas com pessoal (definição)
- Limites de empenho com regras uniformes entre os Poderes
- Matriz de saldos contábeis e demonstrativos fiscais

### 4) Regulamentação do Conselho de Gestão Fiscal

- Harmonização e coordenação entre entes da federação
- Adoção de normas para consolidação e padronização das prestações de contas

### 5) Modernização dos Critérios de Garantias da União

- Tornar processo mais simples e transparente sobre o espaço fiscal disponível. Integração dos instrumentos legais.

### 6) Relacionamento Tesouro - Banco Central

- Criar mecanismo que reduza a volatilidade de fluxos financeiros dos ganhos/perdas patrimoniais das reservas cambiais por meio de conta de reserva

### 7) Junta de Execução Orçamentária

- Formalizar a junta responsável pelas diretrizes da política fiscal e pela gestão orçamentária
- Tornar transparente os atos e os estudos que foram considerados para tomada de decisão

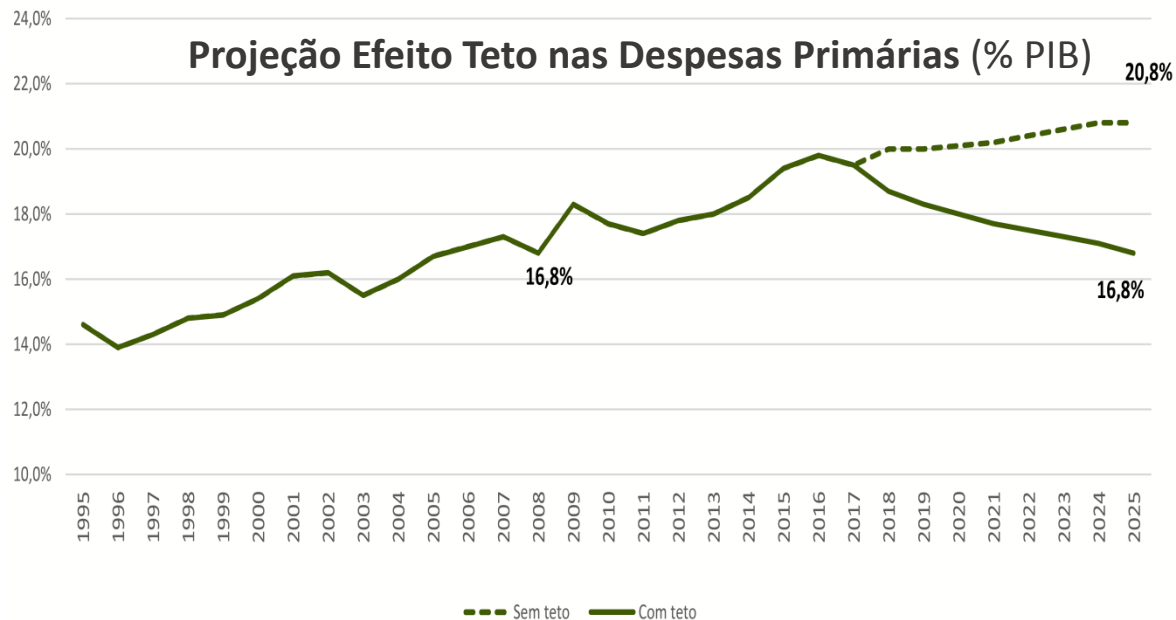
### 8) Reforma da Previdência

- Convergência aos padrões internacionais e tornar sustentável o sistema e as finanças públicas como um todo



## 4 Institucionalidade Fiscal: “Regra do Teto” vs. Regra de Ouro

- Opção por um ajuste gradual (“regra do teto”) ou abrupto (“regra de ouro”)
- O ideal seria convergir a “regra de ouro” para a “regra do teto” por meio das mesmas condicionantes
- Dessa forma, a exemplo de outros países, adota-se um processo de consolidação fiscal (ajuste gradual).
- Benefícios:
  - Reduzir pressão pelo aumento da carga tributária
  - Retomar dívida pública para níveis mais baixos e reduzir os pagamentos de juros
  - Ser a âncora do planejamento fiscal de médio prazo
  - Elevar maturidade das discussões orçamentárias e tornar claro o espaço fiscal disponível para prioridades
  - Retomar discussões sobre o melhor perfil das despesas



Fonte: Apresentação realizada na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado Federal “A PEC 241/2016 e o Novo Regime Fiscal” – Marcos Mendes

### Estimativa de Desequilíbrio na Regra de Ouro (em R\$ bi)

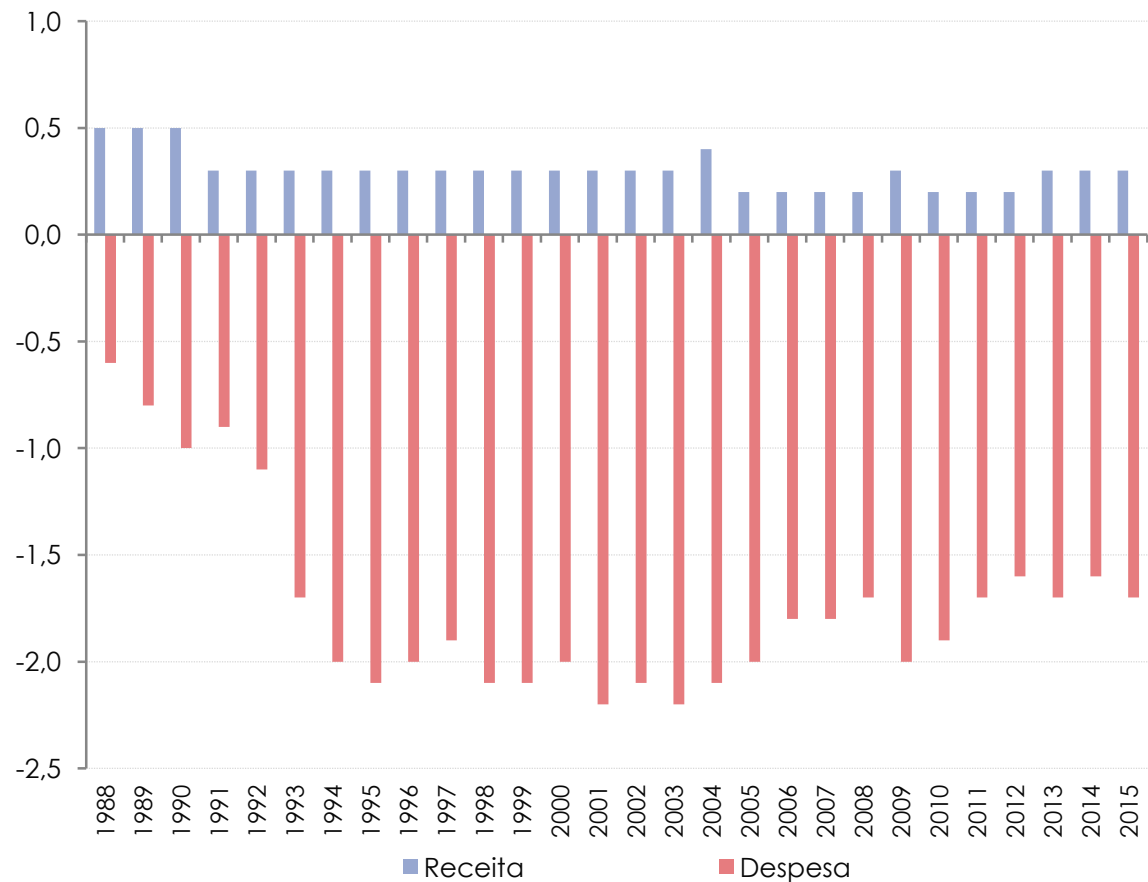
Discriminação	2017	2018*
Receitas de Operações de Crédito Consideradas (I = a - b)	870,2	984,1
Receitas de Operações de Crédito do Exercício (a)	949,2	906,1
(-) Variação de Saldo da sub-conta da Dívida (b)	79,0	-78,0
Despesas de Capital (II)	899,0	775,5
Investimentos	45,1	44,0
Inversões Financeiras	70,9	82,4
Amortizações	783,0	649,1
Margem da Regra de Ouro (III = II - I)	28,8	-208,6

\*Projeção STN. Os valores de 2018 não consideram pagamento de R\$ 130 bilhões em dívidas com o Tesouro Nacional.

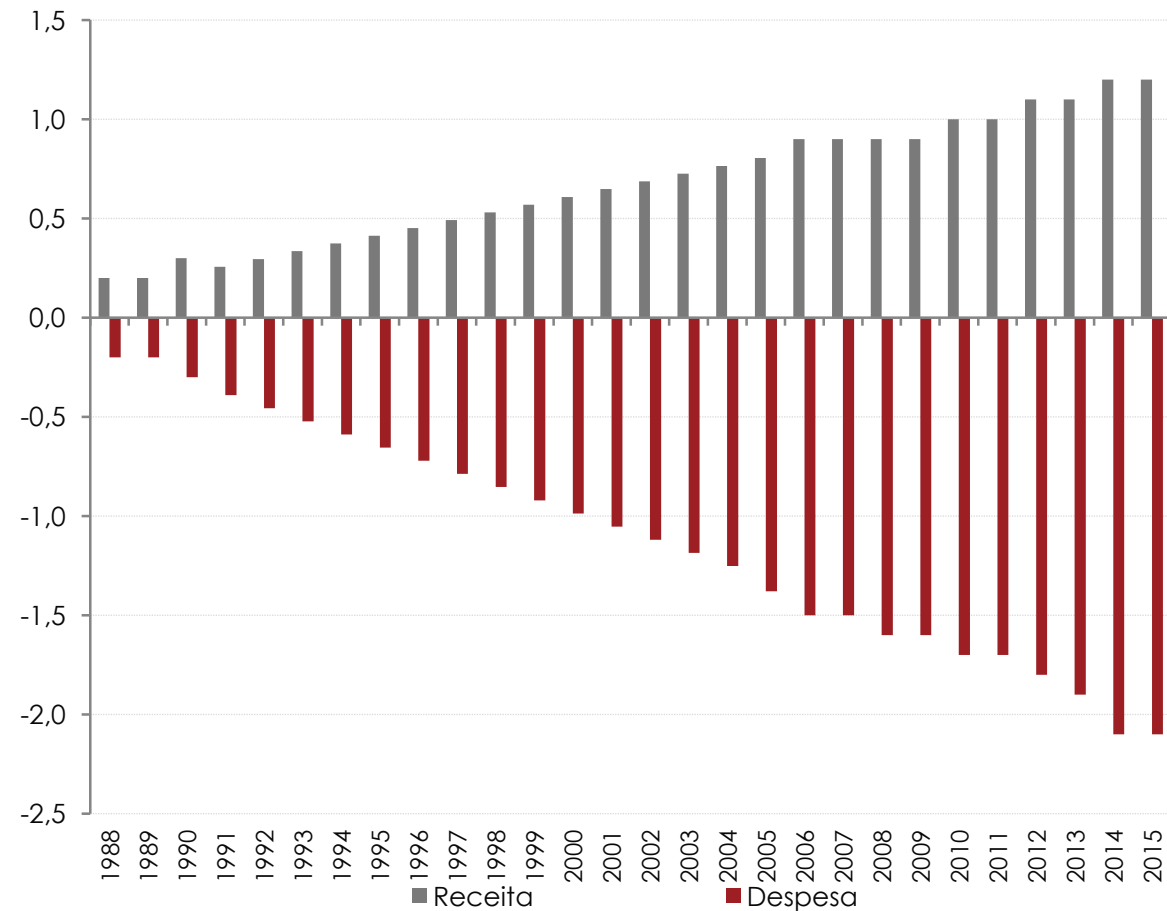
## 4 A Importância da Reforma da Previdência

### Evolução das Receitas e Despesas dos Regimes Próprios (em % PIB)

#### UNIÃO



#### Estados e Municípios



## 4 A Importância da Reforma da Previdência

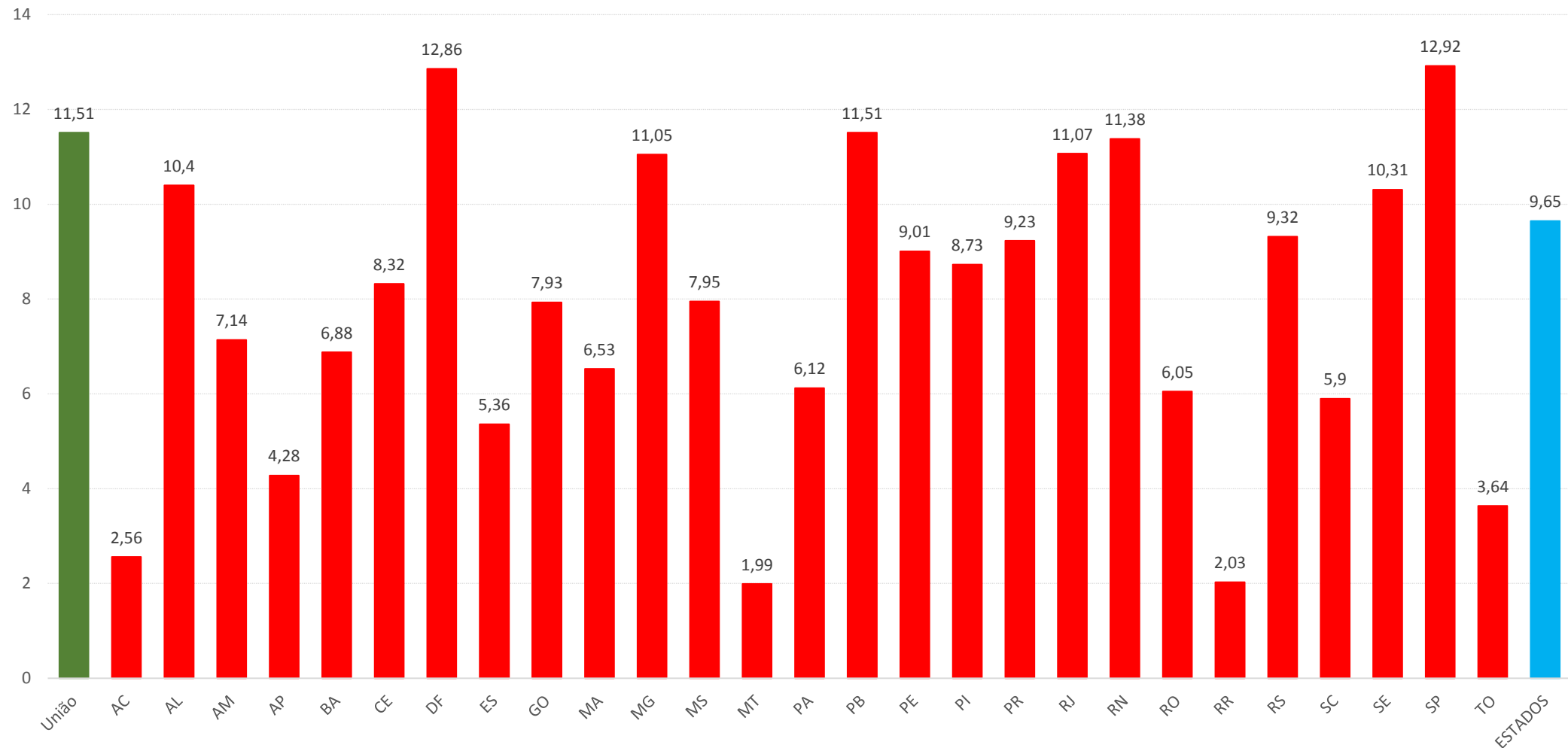
### Resultado Atuarial e Financeiro dos Regimes Próprios - 2016 (em R\$ milhões)

Unidade Federativa	Resultado Atuarial	Necessidade de financiamento	Unidade Federativa	Resultado Atuarial	Necessidade de financiamento
Acre	- 10.926,70	- 164,80	Paraíba	- 101.824,10	- 954,50
Alagoas	- 72.623,00	- 1.164,00	Paraná	- 195.026,70	- 3.820,00
Amapá	- 17.547,90	-	Pernambuco	- 175.496,50	- 2.048,90
Amazonas	- 82.738,40	- 1.224,70	Piauí	- 61.370,40	- 1.124,80
Bahia	- 165.170,50	- 2.077,50	Rio Grande do Norte	- 97.913,40	- 1.753,20
Ceará	- 197.242,10	- 1.091,90	Rio Grande do Sul	- 318.477,70	- 7.747,70
Distrito Federal	- 296.996,20	- 2.932,20	Rio de Janeiro	- 287.266,70	- 8.713,50
Espírito Santo	- 65.531,66	- 1.884,50	Rondonia	- 41.693,50	-
Goiás	- 152.829,40	- 2.105,70	Roraima	- 6.864,20	-
Maranhão	- 25.816,10	- 426,00	Santa Catarina	- 120.793,40	- 3.624,40
Mato Grosso	- 20.579,50	- 669,70	São Paulo	- 1.814.194,30	- 17.403,90
Mato Grosso do Sul	- 60.539,30	- 788,50	Sergipe	- 65.574,30	- 822,10
Minas Gerais	- 593.764,21	- 13.921,30	Tocantins	- 23.435,30	- 15,30
Pará	- 99.885,00	- 2.363,00			
Subtotal	- 1.862.189,97	- 30.813,80	Subtotal	- 3.309.930,50	- 48.028,30
<b>TOTAL</b>				<b>- 5.172.120,47</b>	<b>- 78.842,10</b>

O déficit atuarial (que é uma dívida dos entes com seus servidores ativos inativos e pensionistas) está estimado em R\$ 5,2 trilhões em 2016. Esse montante é equivalente a 83% do PIB brasileiro daquele ano. É uma dívida que, se nada for feito, estrangulará os entes sob a ótica fiscal.

## 4 A Importância da Reforma da Previdência

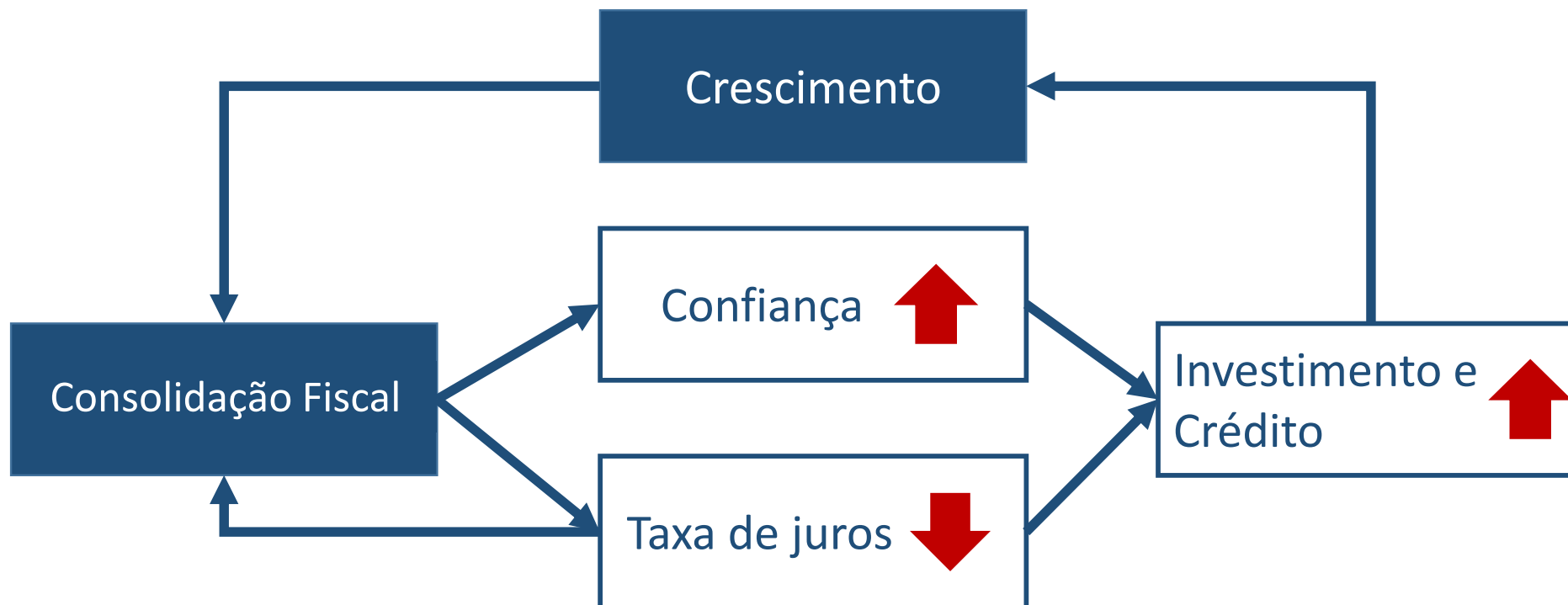
### Resultado Atuarial dos Regimes Próprios - 2016 (em números de RCL)



Fonte: Tafner (2017). Apresentação: Algumas Considerações sobre a Previdência no Brasil e aos Regimes Próprios

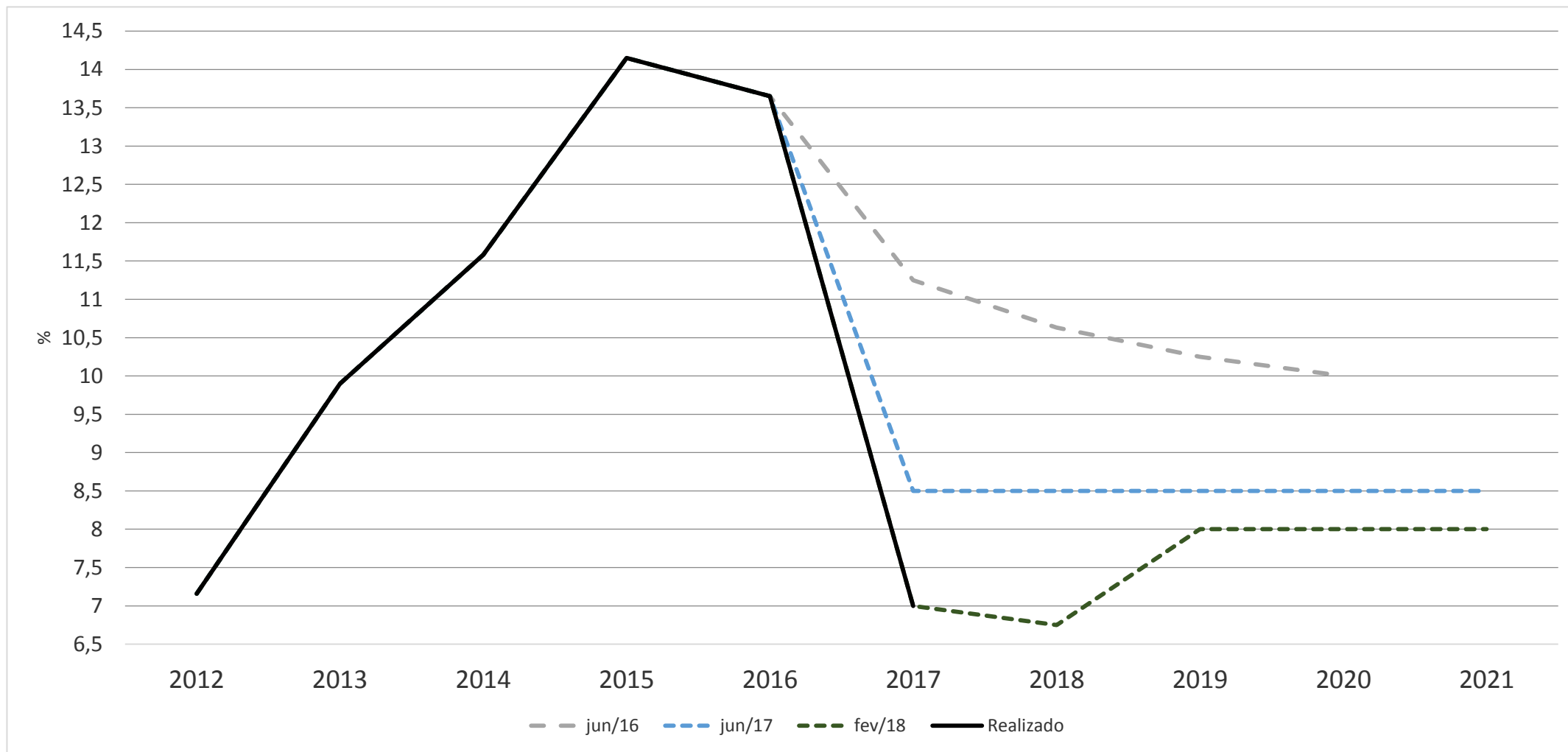
## 5 Perspectivas e Conclusões: Iniciando um ciclo virtuoso

Caminho do crescimento sustentável:



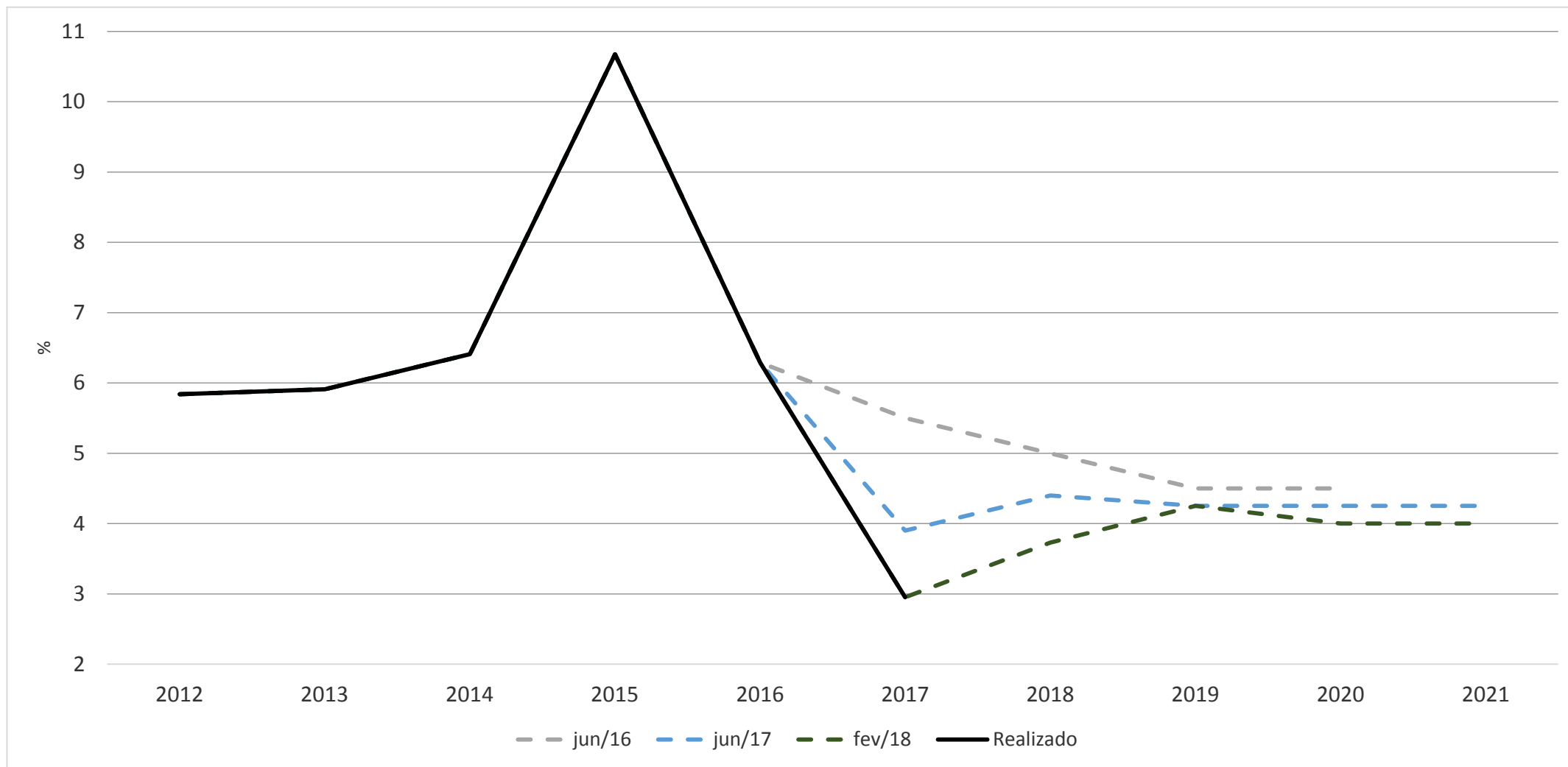
## 5 Perspectivas e Conclusões: Crescimento Econômico

Estimativa de mercado para SELIC final de período (em % a.a.)



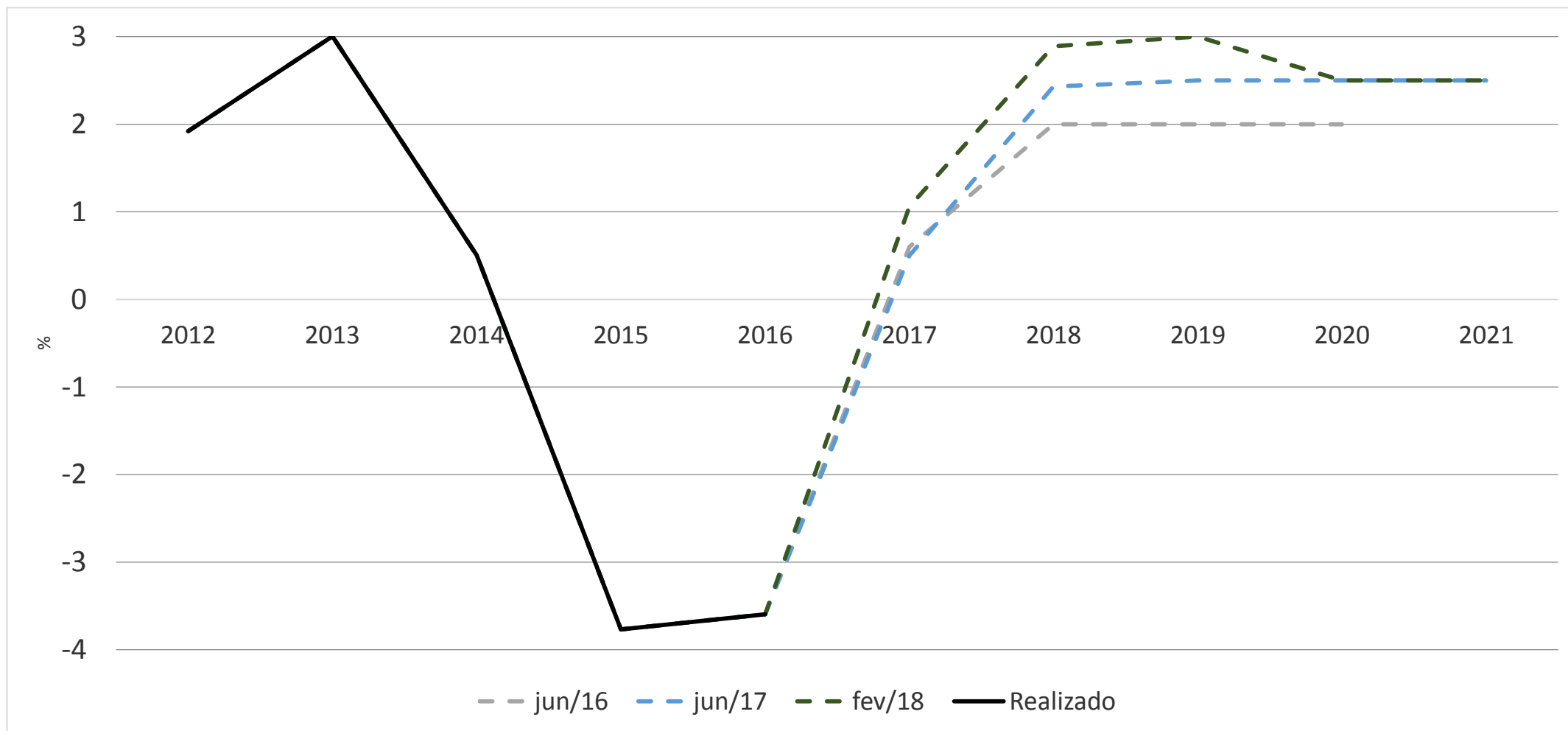
## 5 Perspectivas e Conclusões: Crescimento Econômico

Estimativa de mercado para IPCA (em % a.a.)



## 5 Perspectivas e Conclusões: Crescimento Econômico

Estimativa de mercado para crescimento do PIB (em % a.a.)





## 5 Perspectivas e Conclusões: Iniciando um ciclo virtuoso

### Consolidação Fiscal

Fortalecimento de instituições da política fiscal: Contenção de gastos, compliance, transparência, prevenção de riscos Fiscais, recuperação da confiança e retorno do crescimento.

#### 1. Compatibilizar Teto para as Despesas e Regra de Ouro

- ✓ Garantir sustentabilidade fiscal de longo prazo e reduzir necessidade de expansão da carga tributária.

#### 2. Reforma da Previdência

- ✓ Convergência aos padrões internacionais e solvência do sistema.

#### 3. Revisão de Programas de Governo

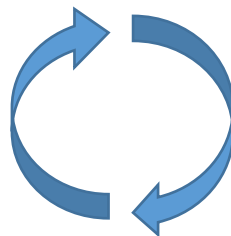
- ✓ Permitir eficiência e efetividade.

#### 4. Nova Lei das Finanças Públicas (PLP 295/2016)

- ✓ Racionalizar o ciclo de planejamento e orçamento.

#### 5. Fortalecimento da LRF e Regulamentação do Conselho de Gestão Fiscal

#### 6. Modernização do Sistema de Garantias da União



### Aumento da Produtividade

#### 1. Reforma Tributária

- ✓ Simplificar, aumentar a eficiência, reduzir contencioso.

#### 2. Fortalecimento do arcabouço regulatório

#### 3. Redução da Burocracia e Reforma do Estado

- ✓ Focar nas atividades essenciais do estado e na prestação de serviços para o cidadão.
- ✓ Reduzir as rigidezes operacionais e dar os instrumentos necessários aos gestores públicos.
- ✓ Ser orientado a resultados.

#### 4. Melhoria do ambiente de negócios

#### 5. Fortalecimento da governança e da conformidade nas empresas públicas e seus fundos de pensão

#### 6. Desmobilização de ativos e privatização

#### 7. Maior integração no comércio internacional

*“O planejamento não diz respeito às decisões futuras,  
mas às implicações futuras de decisões presentes”*

Peter Drucker, 1980

*pedro.juca@tesouro.gov.br*



# Cenários Vigentes, Desafios e Planejamento Fiscal

**Pedro Jucá Maciel**

*Subsecretário de Planejamento Estratégico da Política Fiscal*

*Tesouro Nacional*

2º Semestre 2017